INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FISICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

MINIRRÁ DE SOUSA

RESUMO

O presente artigo apresentara como acontece a inclusão do aluno surdo nas aulas de educação física no contexto do ensino médio, quais as limitações que o aluno surdo enfrenta para ser inserido nas aulas de educação física e a sua inclusão no contexto geral. O aluno surdo tem suas limitações e contravenções para ser inserido em algumas atividades sejam elas dentro ou fora da escola. O objetivo deste artigo é mostrar as dificuldades que os surdos encontram nas aulas de educação física e quais recursos podem ser utilizados para esta inclusão. Sabemos que o ambiente escolar é um auxiliador necessário para a formação do educando, pois este está a cada dia construindo conhecimentos e fazendo descobertas mesmo fora da escola.

Palavras-Chave: Inclusão; Ensino Fundamental; Aluno Surdo.

ABSTRACT

This article presents how the inclusion of deaf students in physical education classes happens in the context of high school, what limitations the deaf student faces to be inserted in physical education classes and their inclusion in the general context. The deaf student has his limitations and misdemeanors to be inserted in some activities, whether inside or outside the school. The purpose of this article is to show the di f culties that deaf people encounter in physical education classes and what resources can be used for this inclusion. We know that the school environment is a necessary helper for the education of the student, as he is building knowledge and making discoveries even outside the school every day.

Keywords: Inclusion; High school; Deaf Student.

INTRODUÇÃO

Nos cursos de formação de professores apenas a partir do final da década de 1990 estão oferecendo disciplinas curriculares relacionadas com a educação de todos os alunos, por recomendação da LDB, Lei 9.394/96, (BRASIL, 1996) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

Especificamente em relação à educação do aluno com surdez, o Decreto 5.626/05, que regulamente a Lei 10.436/02, determinou a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como disciplina curricular nos cursos de formação de professores.

Pirolo (2000) Mesmo diante disso a eliminação das barreiras existentes é complexa, devendo ser um processo contínuo de conscientização e sensibilização da sociedade no sentido de acolher todas as pessoas independentemente das suas diferenças individuais e de suas origens.

Deste modo, a disciplina Educação Física como parte integrante da grade curricular das escolas não poderia ausentar-se desse processo de inclusão, por se tratar de uma área do conhecimento que pode contribuir significativamente para o desenvolvimento biopsicomotor dos alunos.

Diante disso levanta-se como problema de pesquisa: quais as dificuldades para a inclusão de crianças surdas nas aulas de educação física escolar?

Para solucionar o problema se faz necessário responder alguns questionamentos: o que é educação física escolar? Quais os objetivos da educação física escolar? Quais os conteúdos da educação física escolar? O que é inclusão? O que é surdez? Quais as limitações de um surdo? Quais as dificuldades que o Surdo enfrenta para participar das aulas de Educação física?

No Brasil é grande a falta de atendimento adequado às necessidades escolares de crianças com dificuldades de aprendizado, capaz de diminuir o índice de evasão e repetência escolar. (MAGALHÃES, 2012).

Alunos surdos que são incluídos em escolas regulares sofrem isolamento privação social, são expostos ao ridículo por professores e colegas, devido ao fato de não terem uma língua em comum com os colegas ouvintes da classe.

Com objetivo de identificar e analisar as limitações para incluir surdos nas aulas de educação física, buscou-se através de revisões bibliográficas compreender esse contexto de ensino tão pouco contextualizado.

Este estudo torna-se relevante ao observar e analisar os limites dos alunos com surdez e ou dificuldades na audição dentro das aulas de Educação Física e os obstáculos de Inclusão desses alunos nas aulas de educação física escolar, que possibilita a concorrência de políticos, gestores e educadores para a superação desses problemas.

1 – DESENVOLVIMENTO

Muitos ouvintes se perguntam sobre

qual a melhor forma de se referir aos sujeitos surdos. É correto chama-los de surdos-mudos? Essa é apenas uma das perguntas que surgem quando começamos a ter contato com a comunidade surda. Porem, no afã de sermos politicamente corretos, por vezes não atendemos para a carga semântica que estes termos carregam.

Olhemos com mais detalhes cada um desses termos:

Surdo mudo- para que seja considerado muda precisa ser constatado algum tipo de problema físico ou social. No caso de um problema fsiológico, o indivíduo pode não ter o aparelho fonador, por exemplo. Este conjunto de órgãos é responsável pela produção da fala humana.

Defciente auditivo- seria o termo mais correto e menos preconceituoso para se referir a um surdo. Parece. Portanto encarar a surdez pelo viés da defciência não é o mais adequado para se referir a este grupo que possui línguas, culturas e identidades próprias.

Surdo- é a denominação mais adequada. Refete o caráter sociológico da surdez, bem como as características culturais, identitárias e linguísticas dessa comunidade.

A Política Nacional de Educação Especial defne a defciência auditiva como sendo a "perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala através do ouvido" (BRASIL, 1994).

Essa expressão sugere a diminuição ou a ausência da capacidade para ouvir determinados sons, devido a fatores que afetem quaisquer das partes do aparelho auditivo.

Essa defnição permite concluir que: 1) existem diferentes graus de perda auditiva; 2) a surdez pode ocorrer em diferentes fases do desenvolvimento; e 3) a sua pior consequ-

Classificação	Perda auditiva
Audição normal	0 a 25 dB
Deficiência leve	26 a 40 dB
Deficiência moderada	41 a 55 dB
Deficiência acentuada	56 a 70 dB
Deficiência severa	71 a 90 dB
Deficiência profunda	Acima de 90 dB

Dependendo da época da instalação da defciência e do grau da perda auditiva, o indivíduo pode ter difculdades no relacionamento, na comunicação, na compreensão de conceitos e regras e na apreensão de conhecimentos através dos meios mais comuns (a língua oral e textos).

No padrão normal de audição, o limiar de audibilidade vai até 25 dB em todas as frequências do espectro sonoro (entre 250 e 8000 Hz). Já a classifcação do grau de perda, segundo o Padrão ANSI (1969), é a seguinte:

A perda leve permite ouvir os sons, desde que estejam um pouco mais intensos. Na perda moderada há a necessidade de se repetir algumas vezes o que foi dito e difculdade de falar ao telefone, com a possibilidade de troca da palavra ouvida por outra foneticamente semelhante (pato/gato, cão/não, céu/mel).

A perda acentuada não permite ouvir o telefone, a campainha e a televisão, tornando necessário o apoio visual para a compreensão da fala.

A perda severa permite escutar sons fortes, como o de caminhão, avião, serra elétrica, mas não permite ouvir a voz humana sem amplifcação. Na perda profunda só são audíveis sons graves que produzam vibração (trovão, avião).

1.2- A EDUCAÇÃO FISICA ESCOLAR E INCLUSIVA

A educação física escolar é uma disciplina curricular que tem como objetivo trabalhar a compreensão da cultura corporal de movimento.

O objetivo desta disciplina é fazer com que os educandos compreendam ativamente a cultura corporal de movimento.

Basicamente o que está inserido na educação física é a dança, os jogos, a brincadeira e o brinquedo, os esportes e a luta.

Sabe-se que as escolas regulares ainda não estão sufcientemente preparadas para receber e propiciar uma inclusão para crianças com necessidades educacionais especiais. Logo, este é um processo que demanda certo tempo, é necessário que toda a comunidade escolar esteja aberta para este processo de transformação pelo qual as escolas aos poucos estão passando.

Soler (2005) afrma que o é perceptível com a inclusão em algumas escolas é que alunos com algum tipo de necessidade especial fcam isolados, não tendo quase que participação no desenvolvimento das aulas, privados de expor suas opiniões, o que em longo prazo pode gerar na saída desses alunos da escola e, este é um fato que não é culpa somente do professor regente, que muitas vezes não foi preparado para atender a estes alunos, e tão somente da escola que não suporta e não proporciona por completo a inclusão.

Soler (2005) também afrma que além da inclusão é preciso que se estimule e auxilie na permanência das crianças com necessidades educacionais especiais dentro da sala de aula. O que se pode perceber são constan-

tes casos em que crianças surdas não conseguem se adaptar a sala de aula e, acabam voltando para casa, mudando de escolas e até mesmo procurando instituições de ensino que atendam suas necessidades.

De acordo com Pinho (2003) a inclusão é o ato de incluir e acrescentar. Socialmente a inclusão representa um ato de igualdade entre os diferentes indivíduos que habitam determinada sociedade.

A inclusão escolar consiste na ideia de que todos os cidadãos devem ter o direito de ter acesso ao sistema de ensino, sem segregação e discriminação, seja por causa do gênero, religião, etnia, classe social, condições físicas e psicológicas. (KUPFER, 1995)

O artigo 208 de Constituição Federal de 1988 diz que é dever do Estado garantir "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". O Estatuto da criança e do adolescente (ECA) também assegura esse direito a todos os jovens.

Uma educação física, na perspectiva inclusiva, busca trabalhar conhecimentos da cultura corporal e não o desenvolvimento das aptidões físicas ou das habilidades motoras. Essa modalidade dialoga com questões de direitos humanos, sendo orientada pela equiparação de oportunidades e respeito as diferenças (SILVA, 2008, p24).

Silva (2008) ainda afirma que a prática esportiva é considerada como algo muito mais importante do que apenas uma atividade física ou fator de qualidade de vida. O esporte é capaz de unir diferenças entre povos e cooperar no processo de inclusão social. Neste sentido, a educação inclusiva deve fazer parte do projeto político pedagógico das escolas públicas, a fim de incluir o aluno surdo no seu quadro de alunos regulares.

1.3- A INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Ser normal ou não antecede a discussão de que o portador da surdez é diferente ou deficiente. Definir o normal do anormal, não diz apenas respeito a questão biológica e a questão social.

A escolha que um educador faz por um determinado método de ensino na escola é de grande importância para o sucesso do praticante no processo de ensino aprendizagem. O método escolhido deverá facilitar o ensino aprendizagem, bem como preparar o iniciante para o processo de aprendizagem, sem torna-lo repetitivo ou desmotivador. (SILVA, 2008).

De acordo com Silva (2008, p. 39-50) existem inúmeras possibilidades que a educação física permite ao surdo, ele cita uma como exemplo: o ritmo e a pessoa surda.

Existem duas estratégias de ensino que podem ser utilizadas pelo professor de educação física em relação ao aluno surdo, são elas: sinais visiais e demonstração. Ambas traduzem através de gestos ou sinais a atividade no qual o aluno será inserido. Quanto a estratégia de orientação ao professor podemos citar; relação ao relacionamento, relação a comunicação, relação a prótese auditiva.

Segundo Magalhães (2019) nós vivemos em uma época em que a inclusão acontece com grande potência, logo o que não acontecia com muita frequência em tempos que nos antecedem, hoje se torna um rotineiro trabalho de tentativa na efetivação dela, referindo-se a diversos tipos de necessidades especiais.

Muito se tem discutido sobre as práticas pedagógicas que envolvem o lúdico como prática educativa para as aulas de Educação Física e a inclusão de alunos surdos nas atividades e as contribuições que ele tem para o processo de aprendizagem no geral.

A inclusão enquanto força potencial para a renovação da escola frequentemente encontra obstáculos.

As pessoas envolvidas podem sentir-se aliviadas se um aluno surdo simplesmente consegue estar presente na aula sem prejudicar os demais alunos, sem precipitar desastres previstos e assim não questionar a prática da escola. (MAGALHÃES, 2019)

Sabe-se que a inclusão significa muito além de colocar os alunos surdos nas escolas e nas aulas de educação física.

Tais alunos precisam ser, de fato, incluídos como membros iguais e valorizados da classe e, para tal, é importante que os professores da rede regular, em colaboração com o professor de educação especial e o professor de educação física dominem estratégias para adaptar o currículo, tornando-o flexível e desafador para todos os alunos.

De acordo com Aviz (1998) no caso do processo de inclusão para surdos nas aulas de educação física em um contexto geral da escola, cabe não só a escola (professores, pedagogos, diretores), mas a própria família de modo geral confar nas potencialidades do portador da surdez, considerando-o capaz de trabalhar, de estudar, de ter sua independência, de praticar esportes entre outras tantas coisas que seus amigos, colegas que a sociedade dita normal pode praticar.

A escolha de atividades físicas para pessoas surdas deve respeitar os mesmos critérios usados para a seleção de atividades para crianças sem deficiência.

Os surdos podem praticar qualquer tipo de esporte e de atividade rítmica. No caso dos esportes, não há necessidade de qualquer adaptação, na forma de ensinar,

conduzir ou arbitrar. Tampouco há adaptações nas regras de cada modalidade.

A maior dificuldade que o aluno surda encontra em uma aula de educação física é realmente a comunicação, pois em uma rede de ensino publica não existem aulas de libras, portanto, apenas os professores estão adaptados a alunos surdos, os demais alunos acham que gesticulando ele conseguira falar com um surdo.

Embora os objetivos educacionais básicos para todos os alunos possam continuar sendo os mesmos, os objetivos específicos da aprendizagem curricular podem precisar ser individualizados para se adequarem as necessidades, as habilidades, aos interesses e as competências singulares de cada aluno.

1.4- SUGESTÕES DE PRÁTICAS INCLUSIVAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Uma recomendação é que o professor esteja ciente de que incluir nas aulas de educação física não é apenas adaptar a disciplina, mas sim adotar uma perspectiva educacional que valorize a diversidade e que seja comprometida com a construção de uma sociedade inclusiva. (MAGALHÃES, 2012)

O educador físico também pode auxiliar dando sugestões aos familiares de como estes podem comportar em casa, de maneira que se envolvam no processo de inclusão de seus filhos.

As aulas muitas vezes, tornam-se meras repetições de exercícios educativos, ficando a aula monótona e como consequência vazia, procura-se a solução com a utilização dos jogos para despertar na criança o interesse pela descoberta de maneira prazerosa e com responsabilidade (SILVA, 2008, p.32)

Todos nós não só precisamos, mas também gostamos de atenção. Só que alguns requerem um pouco mais, pois tem dificuldades maiores ou necessidades especificas ou especiais e, portanto, precisam de atendimento especial ou diferenciado, principalmente nas aulas de educação física.

Silva (2008) entende por necessidades especificas ou especiais, a necessidades dos alunos ou das crianças, que priorizam no processo de ensino aprendizagem, tendo em vista um desenvolvimento integral da criança.

Para poder proporcionar experiencias positivas, que fortaleçam o autoconceito, é necessário conhecer o nível de desenvolvimento e sugerir atividades compatíveis a ela.

No caso do processo de inclusão para surdos nas aulas de educação física em um contexto geral da escola, cabe não só a escola, mas a própria família de modo geral confiar nas potencialidades do portador da surdez, considerando-o capaz de trabalhar, de estudar, de ter a sua independência, de praticar esportes entre outras tantas coisas que seus amigos, colegas que sociedade taxada como normal pode praticar.(SOLER, 2005)

Destacamos que a Educação Física, enquanto área de atuação junto ao ser humano deve ser flexível a ponto de atender a todos.

Neste sentido, acredita-se que não é a educação física que muda, quando atua com um ou outro individuo, mas sim a postura do profissional, que mesmo em teste, deve estar preparado para atuar junto a todas as pessoas, sejam elas deficientes ou não.

Aviz (1998) ressalta que a atividade física pode significar para o portador de deficiência, o desenvolvimento da auto estima, a melhoria da sua auto imagem, o estimulo a independência, a integração com outras pessoas, uma experiencia enriquecedora com seu próprio corpo, além de uma oportunidade de testar as suas possibilidades, prevenir-se contra deficiências secundarias e integrar-se consigo mesmo e com a sociedade.

A educação física para alcançar todos os alunos deve tirar proveito dessas diferenças ao invés de configura-las como desigualdades.

A inclusão enquanto força potencial para a renovação da escola frequentemente encontra obstáculos.

Tais alunos precisam ser, de fato, incluídos como membros iguais e valorizados da classe e, para tal, é importante que os professores da rede regular, em colaboração com o professor de educação especial e o professor de educação física dominem estratégias para adaptar o currículo, tornando-o flexível e desafador para todos os alunos.

Usando como instrumento metodológico, a partir de um roteiro proposto, o educador poderá utilizar jogos como auxiliares em procedimentos de diagnósticos na análise de elementos cognitivos, afetivos ou sociais, em bora não possamos separar tais aspectos.

Uma questão que chama atenção é o fato de as crianças preferirem atividades de movimento como, atividades com dança e de fazerem gestos imitando os animais, lenço atrás, atividades realizadas no parque, sendo uma forma de interagirem com os colegas e extravasarem as energias.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os professores de educação física ou responsáveis pela inclusão do aluno com deficiência física no contexto escolar em geral, devem ter conhecimento básico dos princípios metodológicos a serem proporcionados em suas aulas.

Na escola bem como em escolinhas de iniciação esportiva, pois este tem uma

relação com o aprendizado do aluno, com a seleção das atividades motoras a serem propostas, com as diretrizes pedagógicas, com a ideia que se tem da formação do aluno ou atleta.

Este trabalho procurou mostrar as dificuldades e as irregularidades motoras que a criança surda possui, como também a visão que ele tem de seu próprio corpo.

Cabe ao educador por meio da intervenção pedagógica propiciar atividades significativas que levem a uma aprendizagem de sucesso.

Nas escolas de rede publicas os professores de educação física devem estar preparados e atualizados para receberem um aluno com deficiência, seja ela física ou intelectual.

No caso do aluno surdo é nítido que a sua maior dificuldade é a comunicação, por isso todos os professores, não só de educação física, mais todos devem estar aptos a falarem em língua de sinais com seus alunos surdos. Até mesmo se adaptarem até terem uma educação continua especializada na área.

Para que isso aconteça é necessário que o professor refita sua prática pedagógica percebendo o aluno mais que um mero executor de tarefa, mas alguém que sente prazer em aprender.

Sabemos que o ambiente escolar é um auxiliador necessário para a formação do educando, pois este está a cada dia construindo conhecimentos e fazendo descobertas mesmo fora da escola.

REFERÊNCIAS

AVIZ, C. C. A criança portadora de necessidades educativas especiais e sua inclusão no ensino regular nas aulas de Educação Física. Monografa de Especialização 44 p, 1998. Brasília: Faculdade de Educação Física/ Universidade de Brasília.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/arte.pdf, acesso em janeiro/2020.

BRASIL. Lei n° 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 abr.2002.

SILVA, A. C. A representação social da surdez: entre o mundo acadêmico e o cotidiano escolar. In: FERNANDES, E (Org.) Surdez e Bilinguismo. 2. ed. Editora Mediação. Porto Alegre, 2008. pp. 39-50.

SOLER, R. Educação Física inclusiva: em busca de uma escola plural, Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

LIMA, Thaize Cristina Souza; YOSHIOKA, Maria Cristina da C. P; MORAES, Renato de. Avaliação do desenvolvimento motor de crianças surdas. Disponível em:<htpp: www.usp.br/siicusp/Resumos/15Siicusp/2232.pd> Acessado em 29 de jan. 2020.

MAGALHÃES, Altina, Recursos didáticos disponíveis nas escolas públicas: limitações e dificuldades na utilização deles, Web artigos, Publicado em 16 de fevereiro de 2012 em Educação. Disponível em:

http://www.webartigos.com/artigos/recursos-didaticos-disponiveis-nas- escolas-publicas-limitacoes-e-dificuldades-na-utilizacao-dos-mesmos/84357/, acesso em janeiro/2020

; PIROLO, A. L; BISINELA, T. M et al. A prática do voleibol sob a ótica dos surdos. In: Educação Especial: Olhares e práticas, Londrina: UEL, 2000.

PINHO, G.S. Clínica e escola: interseções a partir da inclusão educativa de crianças psicóticas. In: MARASCHIN, FREITAS & CARVALHO (org) Psicologia e educação: multiversos sentidos, olhares e experiências. Porto Alegre: UFRGS, 2003. (p.109 -116).

KUPFER, M.C. Duas notas sobre a inclusão escolar. In: Escritos da criança. n. 06, Porto Alegre, centro Lydia Coriat, 2001.